

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas dezanove horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. *Leitura de Comunicação do Presidente da Assembleia Municipal;*-----

-----2. *Votação de moção de apoio e solidariedade para com a população da Fonte dos Marcos, nos termos das deliberações por si tomadas no plenário de moradores em 13.03.2010, em consequência dos prejuízos causados pelo traçado do IC9, nas populações da Fonte dos Marcos e Carrasqueira;*-----

-----3. *Apreciação de todos os bens, direitos patrimoniais e respectiva avaliação bem como apreciação e votação de todos os documentos de prestação de conta relativamente ao ano de 2009;*-----

-----4. *Estatuto da Oposição – Lei 24/98 de 26 de Maio – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (artigo 10º da Lei nº 24/98 de 26 de Maio);*-----

-----5. *Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 – Artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro;*-----

-----6. *Apoio ao Consumidor – Delegação de Competências do Município de Porto de Mós na CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral;*-----

-----7. *Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativa ao ano de 2009;*-----

-----8. *Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós, nos termos da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro;*-----

-----9. *Regulamento Interno de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Porto de Mós;*-----

-----10. *Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós;*-----

-----11. *Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos no Município de Porto de Mós;*-----

-----12. *Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas;*-----

-----13. *Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*-----

-----1 – **ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD) que justificou e se fez substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia Hélder Costa); Manuel Correia Vala (Falta Justificada – PSD).-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Anabela Martins, Rita Cerejo, Júlio Vieira e Luis Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior. Não havendo pedidos de intervenção, foi a mesma posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com 2 abstenções**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, referindo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.-----

-----Referiu depois que relativamente à moção que foi aqui aprovada na ultima sessão e relativa ao desemprego, e que foi enviada para o ministro respectivo, disse não ter obtido qualquer resposta. Quanto à moção que se refere à Educação disse ter sido respondido pelo Gabinete do senhor Primeiro Ministro, pela Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Dra Teresa Morais, pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP e do Bloco de Esquerda que fez uma exposição sobre o assunto ao senhor Presidente da Assembleia da República, que passou a ler.-----

-----Deu depois especial ênfase aos três requerimentos que recebeu da deputada Ana Narciso, passando a lê-los e dando conta da troca de correspondência entre os Bombeiros de Porto de Mós e a Câmara Municipal e que estão disponíveis para consulta nos serviços administrativos da Assembleia Municipal.-----

-----No primeiro requerimento a deputada Ana Narciso solicita por intermédio da Assembleia Municipal, que o executivo apresente para um cabal esclarecimento os seguintes documentos: a acta onde foi aprovada o pólo escolar da Cruz da Léguas, cópia da acta com a deliberação para abertura do respectivo concurso, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido com o envio da cópia da acta onde foi aprovado o projecto de remodelação e ampliação da EB 1 de Cruz da Léguas, informando ainda que não foi deliberado ainda a abertura do respectivo concurso.-----

-----Recebeu ainda outro requerimento da mesma deputada com data de 22 de Março de 2010, em que esta requer por meio do Presidente da Assembleia as seguintes informações: em 16 de Março de 2010, ocorreu uma visita à escola acima referida (EB2 Dr. Manuel Perpetua) com elementos da DREC, Presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores da Cultura e da Educação requerendo uma informação escrita sobre o que foi diagnosticado no edifício e quais as soluções que esta equipa equacionou para o futuro da comunidade escolar desta escola.-----

-----Disse o senhor Presidente da Assembleia que respondeu à deputada no dia 26 de Março, dizendo-lhe que na ultima sessão da Assembleia Municipal foi nomeada uma Comissão de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acompanhamento para os assuntos relacionados com a intervenção nas escolas. Essa Comissão, por intermédio da sua porta voz, que será a Vereadora da Educação, manteria a Assembleia informada de todo o processo, recordando-lhe que a partir do momento em que a Assembleia assumiu por unanimidade esta causa, este assunto deve ser tratado de forma institucional e não procurando protagonismo individual que em nada contribui para alcançar os objectivos propostos.

-----No dia 26 também a deputada Ana Narciso respondeu agradecendo a resposta e dizendo: "1. Desconhecia que já estava nomeada uma porta voz de uma comissão que ainda não existe, sobre a qual a Assembleia Municipal não se pronunciou, 2. É inaceitável considerar requerimentos como procura de protagonismo individual. Manifesto a minha total discordância com o teor desta mensagem, quase roçando a censura ao requerimento por mim apresentado anteriormente. " Assim, disse manter, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, o seu pedido de informação escrita sobre o resultado da visita institucional à EB2 Dr. Manuel Oliveira Perpétua no passado dia 16 de Março de 2010.-----

-----Disse ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal que no dia 30 de Março, a mesma deputada, requereu informação nos termos do Regimento da Assembleia, nos termos seguintes: "A vox populi pressagia o encerramento do SAP em Porto de Mos. Queira V. Ex^a. diligenciar no sentido de averiguar se tal é verdade ou não, caso tenha fundamento requeiro ser informada sobre quais as diligências e contactos estabelecidos pela Câmara Municipal no sentido de ser salvaguardada a defesa da qualidade da prestação de serviços de prestação de saúde à população do concelho". O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu dizendo que providenciaria para que na próxima sessão da Assembleia Municipal todos os deputados sejam devidamente informados sobre a situação em apreço. A isto aquela deputada respondeu que aguardaria pela informação detalhada, e documentada na próxima sessão da Assembleia Municipal, tendo a garantia que o assunto está a ser acompanhado não só pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como pelo executivo camarário.-----

-----Fez ainda referencia à carta que lhe foi enviada por um munícipe devidamente identificado e que disse, ter-lhe feito algumas sugestões, passando a ler um excerto da mesma, por a reputar de relevante, e que se passa a transcrever:-----

-----"Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós:-

-----Assisti, à Assembleia na passada sexta feira, no dia 20 de Fevereiro de 2010, e mais uma vez como no passado, verifiquei que a Assembleia Municipal, continua a ser para muitos um local de querelas políticas e de acertos de contas ou um meio de pavonear e de exibição de vaidades tipicamente políticas, auto congratulações, expressão do seu melhor léxico verbal, exibições de retórica medíocre ou de protagonismos imaginários. Enfim, uma série de atitudes contrárias que se esperam de pessoas a quem os cidadãos deram o seu voto para os representar e fiscalizar o trabalho do executivo camarário e mais agora nos tempos ditos de crise onde o tempo urge e o pragmatismo, o consenso e o bom senso são imprescindíveis..."-----

-----Referiu finalmente que a Assembleia Municipal já tem agendadas duas Conferencias em Porto de Mós, devendo uma ocorrer no próximo dia 6 de Agosto e ser inserida nas Comemorações dos 625 anos da Batalha de Aljubarrota. A segunda Conferencia decorrerá, provavelmente no dia 2 de Outubro e terá como tema as Comemorações do Centenário da Republica, referindo que na próxima Assembleia dará mais pormenores. -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a sua intervenção neste período serve para dar conta da satisfação da bancada do Partido Socialista, pelo alcance social, económico e também da saúde pública, no que respeita ao projecto que está a ser implementado pela Câmara Municipal de Porto de Mós para uma alimentação mais equilibrada para cerca de mil e cem alunos que frequentam o ensino do 1º ciclo no concelho de Porto de Mós, através da distribuição gratuita de fruta pelas escolas, através da senhora Vereadora da Educação e da Coordenação Nacional do Instituto da Agricultura e Pescas. Referiu ainda que neste contexto de crise estas acções podem colmatar situações de carência das crianças do concelho.-----

-----Disse ainda que queria dar nota a esta Assembleia, de que tem acompanhado todo o projecto de instalação do Parque Industrial de Porto de Mós onde a Câmara Municipal e todos os parceiros tem feito um trabalho magnifico no sentido de incentivar projectos industriais credíveis a instalarem-se no neste concelho, contribuindo assim para o esforço da economia nacional e para a criação de novos postos de trabalho, consolidando deste modo não só o tecido empresarial da região, como também consolidar de algum modo a economia das famílias. Disse ainda, que é neste contexto que aparece no nosso Parque Industrial uma empresa de moldes, com um investimento de cerca de dez milhões de euros aplicados em três novas unidades. Referiu ainda que, reflectindo sobre o tema dos parques industriais, as autarquias locais devem repensar um pouco melhor as suas estratégias e acções junto dos possíveis investidores, isto é, não tendo apenas uma lógica de rentabilidade dos espaços em que estão mas sim assente numa perspectiva mais estruturada e racional, como por exemplo, a ideia destes parques funcionarem no chamado regime de condomínio fechado, de forma a partilharem conhecimentos, serviços, e até rentabilizarem custos, como por exemplo a nível da segurança. Ainda assim deviam ainda ser criadas outro tipo de estruturas de apoio, como espaços verdes ou de lazer, para a prática desportiva, além de jardins de infância, o que constituiria uma mais valia para o concelho, para os empresários e para os trabalhadores que estariam muito mais motivados para este tipo de situação.-----

-----Disse depois que as obras na Escola Dr. Manuel Perpétua, se irão iniciar em Julho, conforme foi noticiado, de forma a não perturbar este ano lectivo. -----

-----Congratulou-se ainda pela elevada votação de que estão a ser alvo as Grutas de Mira de Aire, com vista à eleição para as 7 Maravilhas Naturais de Portugal, fazendo ainda uma breve referencia à mostra gastronómica que ali teve lugar.-----

-----Destacou ainda, que no dia 22 de Abril foi promovida uma conferencia na Ecoteca sobre a geodiversidade e biodiversidade que tão importantes são a nível do nosso concelho, pois mais de 70% do concelho, está dentro do maciço estremenho que é uma unidade geomorfológica muito frágil em termos de ecossistema e que tem muitos problemas a nível hidrológico da geo e bio diversidades.-----

António Manuel Sousa Pires (PSD):

-----Usando da palavra disse que tanto ele quanto os outros deputados municipais aqui presentes, não se revêm no parágrafo da carta do munícipe que o senhor Presidente da Assembleia acabou de ler, afirmando que não se pode tomar o todo pela parte, dizendo que todos estão aqui com o intuito de querer o melhor para Porto de Mós sendo isso que os trás até aqui pelo menos cinco vezes por ano, perguntando se esse munícipe se identificou e quem é.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que houve um munícipe que lhe fez chegar uma carta e que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, achou que seria interessante ler este paragrafo não no sentido de uma critica aos deputados, mas de um alerta, de alguém que esteve aqui nesta sala e que deu a sua opinião sincera, referindo que se trata do senhor Sérgio Abreu da Silva. Acrescentou ainda que não está aqui nenhuma critica a ninguém dizendo que todos os munícipes que lhe quiserem fazer chegar qualquer correspondência, ela será sempre analisada e quando o Presidente achar relevante dará conhecimento à Assembleia, dizendo não o entender como uma critica mas como um alerta para todos os deputados, entre os quais se inclui.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Pires** continuou, dizendo que o ponto que o levou a inscrever além daquele de que já falou, foi o assunto do hotel, dizendo que é um assunto que já tem barbas tanto nesta Assembleia como nos vários executivos camarários. Relembrou que na última Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara veio aqui explicar o que é a reversão, dizendo-se chocado quando viu no "O Portomosense" as declarações do promotor do hotel, dizendo que tanto enquanto deputado municipal como munícipe, não pode aceitar que um investidor em Porto de Mós venha dizer o que ele disse numa reunião de Câmara, ameaçando de que iria pedir uma indemnização à Câmara por a obra não estar concluída, quando ele ao fim de cinco anos não fez aquilo a que se comprometeu e que constam das condicionantes do alvará, antes dizendo que a obra está parada por culpa da Câmara. Concluiu dizendo que investidores destes não são necessários em Porto de Mós. Referiu ainda que a palavra reversão não está em lado nenhum nas condicionantes do alvará e que o sinónimo de reversão não é passar para o domínio privado da Câmara, dizendo que este assunto terá que ser visto pelos juristas. Terminou dizendo que se há alguém que está em falta em todo este processo, é a Imomarés, a empresa promotora, porque cinco anos são mais que suficientes para fazer um hotel. Disse ainda que gostaria de chamar a atenção da imprensa, porque esta quando faz afirmações devia confirmá-las.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra, disse que já colocou aqui nesta Assembleia um conjunto de problemas relacionados com estradas, com a ADP e outros, dizendo que o que apenas viu, foi na Corredoura, no parque desportivo, colocarem ali um cano para escoamento das águas, dizendo que lhe parece pouco, porque quanto mais se degradam as situações mais caro se torna depois a sua reparação.-----

-----Passou depois a alertar para a situação económica do nosso concelho em particular da agricultura, pois desde a última sessão até esta, já fecharam mais quatro vacarias das vinte e duas existentes no concelho, manifestando a sua preocupação e dizendo que na situação em que vivemos, se houver uma greve dos camionistas portugueses e espanhóis e sendo a capacidade alimentar do país para três dias, deixa que pensar. Referiu-se ao facto de se pagarem milhões de euros para nada se produzir, sendo que aqueles que querem produzir não têm apoios, afirmando que algo vai mal neste País e dizendo que é isto que deve chegar ao Governo e que a Assembleia Municipal se deve manifestar nesse sentido.-----

-----No que se refere ao operariado, disse que teve a informação que a J. Coelho, acabou de despedir cerca de trinta trabalhadores.-----

-----Informou ainda, que teve uma reunião com a senhora Ministra do Ambiente a nível da Organização de que faz parte, e que esta disse ainda ser possível enviar comunicações relativamente ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse que em parte o que queria referir já foi dito por António José Meneses Teixeira, nomeadamente do trabalho do Pelouro da Educação com a distribuição de fruta às crianças, congratulando-se com isso. Sugeriu ainda ao Pelouro da Educação, que em colaboração com o Centro de Saúde, se promovesse um rastreio referente à obesidade infantil e da diabetes.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse querer lançar um repto à senhora vereadora da Acção Social no sentido de ser reformulado e actualizado o regulamento para atribuição de apoios a extractos sociais desfavorecidos atendendo ao facto de as condições sociais se terem degradado significativamente nos últimos tempos.-----

-----Disse depois querer lançar dois apelos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que este ano é o Ano Europeu da Erradicação da Pobreza e da Exclusão Social, lançando o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

repto de ser promovida uma Assembleia Temática sobre este assunto, trazendo a Porto de Mós uma pessoa que tenha responsabilidades nesta área. Outra sugestão que deu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi a de que a este Órgão comemore o 25 de Abril, considerando importante que o 25 de Abril seja lembrado e dado a conhecer principalmente aos mais jovens, pelo que se deveria realizar uma sessão formal, devendo ser convidadas todas as forças partidárias representadas e não representadas na Assembleia Municipal e todas as forças vivas do concelho. Desta forma, e dado que não existe outro ponto em que possa intervir nesse sentido, passou a ler o texto que a seguir se transcreve:-----

-----*Não podemos nunca deixar de lembrar os homens e mulheres que lutaram e que fizeram do 25 de Abril de 1974, uma realidade. Com ele somos hoje detentores de um património que espero que perdure no tempo, que é a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade. Porto de Mós, tem de deixar de ser espectador e passar a comemorar o 25 de Abril com o reconhecimento de excelência, tal como a data o merece. Temos que demonstrar que somos uma sociedade democrática, livre e que acima de tudo respeitamos e enalteçemos a memória de um povo que lutou, sofreu e até morreu pela liberdade. Para nós, será reavivar a memória, lembrar o passado para não esquecer o futuro. Para os jovens, será transmitir-lhe tão importante marco da nossa história. Para os que nos antecederam, será a oportunidade há muito esquecida de lhes reconhecer o mérito e agradecer a coragem que tiveram, que nunca é demais evocar tão nobre revolução. Passaram 36 anos. Afinal não foi assim tanto tempo. É preciso reforçar e lembrar o direito à liberdade, o direito à igualdade, o direito à diferença, o direito ao livre pensamento, o direito a respeitar e a ser respeitado. Viva o 25 de Abril de 1974.*-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a responder a anterior interveniente dizendo que antes de esta ter chegado, já tinha referido que estão agendadas duas Conferências por iniciativa desta Assembleia Municipal, dizendo-se aberto a quaisquer sugestões que vierem de qualquer deputado.-----

-----No que se refere à comemoração do 25 de Abril, disse que tendo havido apenas duas sessões, achou que este ano seria um pouco precipitado fazer uma comemoração oficial mais alargada. Disse ser amigo pessoal de muitos dos capitães de Abril ainda vivos, dizendo ter todo o gosto em os trazer a Porto de Mós, agradecendo a sugestão.-----

-----**Maria Lúcia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que a sua intervenção é enquanto deputada municipal, com experiência na área da parceria do trabalho que a Segurança Social, as autarquias e outros serviços desenvolvem em conjunto e que neste concelho se desenvolve bem, bastante e a vários níveis. Focando mais a parceria Segurança Social/Município, disse que essa parceria se desenvolve no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, havendo bastantes crianças em acompanhamento. Referiu que por parte da Segurança Social o trabalho da Autarquia tem merecido parecer favorável, porque esta tem disponibilizado sempre os recursos necessários, o que nem sempre se verifica noutras. Quanto ao Rendimento Social de Inserção, disse que também se verifica uma forte parceria entre a Segurança Social e a Autarquia, dizendo que até há bastante pouco tempo uma Técnica de Serviço Social da Câmara fazia todo o acompanhamento das famílias abrangidas pelo RSI, tendo deixado de o fazer porque a Segurança Social ao informatizar todo este processo, não pode disponibilizar essa informação para fora da sua área de intervenção por uma questão de confidencialidade de dados. Noutra das medidas que foi implementada pelo Governo no combate à pobreza e exclusão social, também o papel da autarquia foi relevante, realçando também o papel das Juntas de Freguesia que colaboraram na divulgação desta medida junto dos potenciais beneficiários e que foram uma mais valia sobretudo para as populações que vieram a ter o complemento solidário para idosos. Outra parceria que existe com a Câmara, tendo sido absolutamente voluntária, pois não resulta da lei, é o trabalho que desenvolve no programa de ajuda alimentar a carenciados, sendo a segunda Câmara Municipal do Distrito que tem a responsabilidade pela execução deste programa, sendo um pólo receptor e a entidade mediadora deste programa, trabalhando directamente com 10 IPSS. Disse ainda que é também parceira num Programa que se está a desenvolver no âmbito do Combate à Pobreza e Exclusão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Social – PROGRIDE – cuja entidade executora é a PSICATIVA. No âmbito da rede social, disse que esta funciona no concelho tem como parceiros obrigatórios a Câmara e a Segurança Social havendo depois todos os outros parceiros a nível de serviços e de instituições nos quais haja interesse em que adiram. Esta Rede Social já funciona há alguns anos, estando o diagnóstico social feito desde 2003 e sendo o plano de desenvolvimento social de 2007, fazendo anualmente planos de acção. Neste momento está a rever o diagnóstico social, que já é um pouco antigo, estando a ser feito um novo. Tanto a Câmara que preside, como a Segurança Social que é parceiro obrigatório, precisa da colaboração de todos nomeadamente com a sensibilização de novos parceiros.

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse referindo-se a esta intervenção que se trata de um assunto demasiado importante para ser tratado em cinco minutos, tendo-se comprometido a futuramente, numa próxima sessão, agendar um ponto na ordem de trabalhos para uma discussão mais exaustiva do tema.

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**

-----Usou da palavra para evocar o 25 de Abril, dizendo que, sendo um produto deste tempo de liberdade, de livres convicções, de livre iniciativa e de compreensão mutua, não nos devemos esquecer dos tempos conturbados do pós 25 de Abril. "Nós portugueses, cidadãos, devemos construir um futuro onde a cidadania esteja presente em todos os órgãos quer políticos quer da sociedade. Apelo aos representantes do povo eleitos democraticamente, que saibamos discutir os problemas da nossa terra num clima de tolerância e respeito mútuos, continuando a regar-se os cravos, não deixando murchar a igualdade, fraternidade, justiça, liberdade e democracia."

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que se comprometeu no requerimento da deputada Ana Narciso a dar algumas informações acerca das alterações ao atendimento dos utentes no Centro de Saúde. Passou a dizer que no dia 22 de Abril, teve uma reunião na Administração Regional de Saúde de Leiria, com o médico coordenador Dr. Isidro, tendo daí resultado que a partir de, sensivelmente Outubro, será experimentada aqui em Porto de Mós, uma unidade de cuidados de saúde familiares. Esclareceu que passarão a existir assim uma unidade de cuidados de saúde primária com os médicos a funcionar no regime que agora existe e passará a haver uma unidade de cuidados de saúde familiar funcionando as duas paralelamente.

-----Deu ainda mais algumas explicações adicionais acerca do funcionamento da nova unidade de cuidados de saúde familiar. Disse ainda que lhe foi garantido, pelo Dr. Isidro, que todas as extensões actualmente implementadas, continuarão a funcionar. Esclareceu ainda que entre as 8 da manhã as 20 horas, de 2ª a sexta-feira, passarão a haver duas urgências a funcionar, cada uma integrada em cada unidade de saúde, sendo o atendimento ininterrupto. Aos sábados e domingos, funcionará também das 08.00 horas às 20.00 horas, em regime de trabalho extraordinário. Concluiu, dizendo que a conclusão que retirou de tudo isto, é que o Centro de Saúde poderá vir a funcionar melhor de que agora, dizendo que ficou com a convicção de que é este o entendimento da ARS e que é isto que vai ser implementado.

-----Ainda na sequência da resposta à deputada Ana Narciso, disse que o que respondeu acerca da porta voz da Comissão de Acompanhamento, é que seria a vereadora da Educação, dizendo que esta só foi nomeada depois de reunião com os líderes da bancada do PSD e do PS, pedindo depois à senhora vereadora que fizesse um ponto da situação acerca dos trabalhos da Comissão que foi aqui instalada na última sessão.

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por cumprimentar todos os presentes. Respondendo a **António José Teixeira** disse a propósito da distribuição da fruta nas escolas que isso reflecte a preocupação do executivo relativamente às questões sociais e económicas da população do concelho. Referiu que para além da distribuição da fruta aos alunos, a Câmara de Porto de Mós comparticipa em grande número diariamente a 100%, as refeições desses mesmos alunos, bem como apoia os livros escolares, transportes escolares, e actividades extra-curriculares. Felicitou ainda a senhora Vereadora da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Educação pelo trabalho que tem vindo a desenvolver nesta área.-----

-----No que se refere à Zona Industrial de Porto de Mós, disse que está neste momento considerada uma das boas zonas industriais da região. Disse ainda que não será alheio ao desenvolvimento da zona industrial o facto de ali vir a ter lugar o nó de ligação ao IC9 e também o nó de ligação do IC2 que já está em construção, dizendo que Porto de Mós, com a nova rede viária que por aqui vai passar e que já está em execução, irá ficar no centro de Portugal. Nesta linha, disse ainda que irá ter lugar agora em Maio a abertura de propostas para a 3ª fase da zona industrial, que é a ligação da actual zona industrial ao IC2, dizendo que os lotes que disponíveis estão vendidos, estando as empresas à espera de ultrapassar algumas dificuldades de financiamento para procederem à sua instalação, continuando a haver procura de terrenos.-----

-----Quanto à referencia feita à escola Dr. Oliveira Perpétua por António José Teixeira, disse que esta é a prova de que a Câmara não passou ao lado do problema e que a DREC se propõe começar as obras no próximo dia 1 de Julho por se tratar de mês de férias. Disse ainda que a Câmara diligenciou junto do ministério a adaptação da actual Escola Secundária, estando a mesma numa selecção das escolas que irão ser intervencionadas de acordo com um programa que existe no Ministério da Educação, dizendo esperar que Porto de Mós, fique contemplado nas quinze escolas dessa selecção, uma vez que estamos nas vinte primeiras, havendo cinco que ficarão de fora.-----

-----No que se refere ao Turismo, disse ser uma questão essencial, ou não estivesse Porto de Mós situado em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Referiu-se depois às Grutas de Mira de Aire que estão a concorrer a uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal e que estão seleccionadas entre as primeiras vinte e uma. Referiu ainda o empenho da Câmara Municipal neste evento, pois foi a Câmara que propôs esta candidatura, sendo ainda a Câmara que está a apoiar os custos inerentes a esta campanha para que o publico possa votar nas Grutas de Mira de Aire. Referiu depois que irá ser transmitido um programa ou dois em directo das Grutas de Mira de Aire dentro de pouco tempo. Disse ainda que já se nota, que o turismo nas Grutas de Mira de Aire tem vindo a aumentar, fruto dessa divulgação.-----

-----A **António Pires**, disse que esta questão do hotel já foi muito falada, dizendo para se esperar pelo registo da conservatória. Acrescentou ainda que a obra neste momento não tem licença, tendo sido dito pelo proprietário em reunião de Câmara que não aceita alterações à garantia bancária, porque da parte dele existe um projecto de uma candidatura para o Fundo de Turismo, sendo uma situação que está agendada para a próxima reunião de Câmara e que terá de ser decidida definitivamente.-----

-----A **António Ferraria** respondeu que este executivo tem desenvolvido diligências junto do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, acompanhando de perto estas situações. Disse ainda que o Plano de Ordenamento do Parque está neste momento nas mãos do senhor Secretário de Estado, dizendo esperar que entre Maio e Junho esteja cá fora e que venha resolver a grande maioria dos problemas que aqui temos.-----

-----Relativamente à questão do fornecimento de fruta às crianças das escolas básicas do concelho, disse que isso se deveu aos esforços encetados pela senhora Vereadora da Educação, referindo que se trata de fruta da Cooperativa de Porto de Mós. Disse ainda que iria aceitar a sugestão de se fazer o despiste da obesidade infantil e da diabetes, contactando as entidades competentes para tal.-----

-----Disse depois que a deputada **Lídia Semião**, lembrou aqui as intervenções que dia a dia são feitas pelo Município de Porto de Mós, em parceria com as IPSS's e outras entidades, nomeadamente as Juntas de Freguesia, do concelho no âmbito da acção social.-----

-----Referindo-se depois à questão do SAP, disse confirmar tudo o que foi dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, reforçando que com este novo formato das unidades de saúde familiares irá haver mais médicos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Olga Silvestre** disse que quem lhe responderia seria a vereadora Rita Cerejo, acrescentando ainda que concorda com tudo o que foi dito acerca do 25 de Abril, salientando que também ele foi oficial de Abril.-----

-----No uso da palavra, a **vereadora Rita Cerejo**, passou a dizer que no que toca ao Regulamento a Extractos Sociais Carenciados, disse que o novo texto já está redigido, não tendo ainda sido levado a reunião de Câmara uma vez que remete nas isenções, para o Regulamento das Taxas que também está a ser alterado, faltando apenas ultimar essa articulação. Quanto ao Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, informou que a Câmara Municipal em colaboração com a Segurança Social, com o IPL, com as Câmaras da Batalha, Marinha Grande, Pombal e Leiria e ainda conjuntamente com REAP, são parceiros num projecto que se destina a assinalar esta ocasião, tudo no âmbito da sensibilização e da divulgação, estando a ser publicadas semanalmente no Região de Leiria, fotografias de personalidades, com um texto, em que respondem à questão, o que é para si a pobreza, passando depois a referenciar as actividades previstas neste âmbito.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se à senhora **Vereadora Anabela Martins**, pediu que, na qualidade de Presidente da Comissão de Acompanhamento fizesse um ponto de situação. Usando da Palavra, a senhora vereadora começou por louvar a Cooperativa de Porto de Mós, que possibilitou a concretização deste projecto de distribuição de fruta às crianças das escolas do concelho. No que se refere à questão das obras da EB2, disse que houve uma conversa informal com a Comissão, tendo sido explicadas todas as situações que já tinham ocorrido e diligências que já haviam sido tomadas. Disse ainda que na próxima semana está prevista a visita de um engenheiro da DREC para analisar todos os problemas de que a escola enferma culminando com um relatório, para que posteriormente se possa avançar com as obras.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia esclareceu ainda qual a composição da referida Comissão de Acompanhamento, pedindo para que o assunto da Escola EB2 não seja descurado pedindo ainda à senhora Vereadora da Educação, que na qualidade de porta voz da mesma mantenha esta Assembleia informada.-----

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----1. *Leitura de Comunicação do Presidente da Assembleia Municipal;*-----

-----CONDUTA E ÉTICA DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----*Excelentíssimos Deputados da Assembleia Municipal de Porto de Mós:*-----

-----*O Presidente da Assembleia Municipal sentiu que era o momento de fazer chegar até vós, algumas considerações sobre o seu entendimento do que deve ser a conduta de todos aqueles que tomara, posse e fazem parte deste Órgão.*-----

-----*A Assembleia Municipal, devem ser um espaço de liberdade e Democracia e a actuação de todos os seus componentes deve ser pautada pela ética, lealdade e transparência quer na relação com os deputados entre si,. Quer com os seus parceiros que são, em primeira linha os Municípios, as Juntas de Freguesia e o Executivo Municipal.*-----

-----*De facto, nunca poderia ser entendida outra postura que não esta. A relação de parceria, a união de objectivos, sempre com o respeito recíproco pelas atribuições dos diferentes órgãos autárquicos é um factor incontornável, face aos desafios que com saudável ambição, todos queremos ver concretizados.*-----

-----*Como disse, há dias o Presidente da Republica, o carácter dos homens é duradouro, os cargos políticos são transitórios. Os eventuais fins ditos políticos não justificam todos os meios, pelo*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

menos aqueles que não admitimos nos círculos da amizade ou da família.-----

-----Não quer pois, o Presidente com esta tomada de posição restringir qualquer espaço de Liberdade ou Livre Opinião, mas entende que no combate político do dia a dia, não pode valer tudo. A liberdade de cada um, porque não pode ofender a liberdade geral, tem como limites a liberdade dos outros, implica responsabilidade e serenidade. O debate político deve ser trazido aqui para esta Assembleia e não é legítimo, membros deste Órgão lançarem ataques políticos aos seus pares em Sítios não regulados pela lei de imprensa, não permitindo assim ao visado, a possibilidade de se defender. Esta forma de fazer Política não prestigia quem a pratica e responsabiliza também todo o Grupo Parlamentar a que pertence.-----

-----O Presidente apela a todos os deputados, para trazerem o debate aqui para este palco da Assembleia, colocando as questões de forma frontal, aberta e ética e que todos os membros desta Assembleia se respeitem, respeitando assim, todos os que os elegeram com os seus votos.-----

-----A Democracia é aquele regime onde é possível o diálogo entre adversários, mas que também exige que entre eles se reconheçam valores comuns. Também aqui num Município, que em português se diz Concelho, isto é de Assembleia, o principal dos "Factores Democráticos da Formação de Portugal", como dizia o médico e historiador Jaime Cortesão.-----

-----Porto de Mós, 30 de Abril de 2010.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----**2. Votação de moção de apoio e solidariedade para com a população da Fonte dos Marcos, nos termos das deliberações por si tomadas no plenário de moradores em 13.03.2010, em consequência dos prejuízos causados pelo traçado do IC9, nas populações da Fonte dos Marcos e Carrasqueira;**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia começou por fazer uma pequena introdução no que toca a este assunto, referindo ser necessário encontrar soluções que minimizem os prejuízos causados aos lesados, e explicando que com a solução que foi proposta a população de Fonte dos Marcos ficará isolada, explicando que o que a população quer é que a estrada que existe se mantenha, passando o IC9, por baixo ou por cima. Disse depois que isto é o que a população quer, mas que isso obriga a uma grande transladação de terras tornando esta solução muito complicada. Disse depois dirigindo-se á população presente na sala, que não estão isolados pois pertencem a este concelho e os órgãos autárquicos deste concelho, têm obrigação de os ajudar a todos, no sentido de encontrar uma solução que seja aceitável. A solução proposta pela EP, não é uma boa solução pois irá trazer prejuízos à população, pelo que é preciso encontrar uma solução que minimamente satisfaça os seus anseios. Disse ainda que na reunião que houve na Fonte dos Marcos, tentou-se construtivamente arranjar algumas soluções alternativas, sendo que estas ainda não tiveram o parecer oficial da EP. Disse ainda do empenho do senhor Presidente da Câmara em ter uma reunião oficial com a EP, que será na próxima segunda feira, às 14,30 horas no edifício da EP, onde estará presente António Pires, o senhor Presidente da Câmara e ele próprio Presidente da Assembleia. Disse ainda que António Pires redigiu uma moção que passou a ler e que a seguir se transcreve, dizendo esperar que esta mereça o apoio unânime desta Assembleia e da Câmara, no sentido apenas de transmitir uma mensagem às populações de que a autarquia fará tudo o que for possível para que a solução encontrada seja a contento de todos, apelando à população para que não se deixe dividir, pois isso jogará contra todos, dado que os anseios, são comuns a todos.-----

-----**TRAÇADO DO IC9 EM FONTE DOS MARCOS/CARRASQUEIRA**----- -----**DESVIO DA E.M. FONTE DOS MARCOS – FONTE DO OLEIRO**-----

-----**MOÇÃO DE APOIO ÀS DELIBERAÇÕES DA POPULAÇÃO**-----

-----Em face do traçado do IC9, nos lugares de Fonte dos Marcos/Carrasqueira, tudo indica que a Estrada Municipal Fonte dos Marcos-Fonte do Oleiro poderá ter que ser desviada do seu actual

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

traçado para um novo traçado que, em face da informação já disponível, é altamente lesivo do interesse para a população residente no lugar de Fonte dos Marcos.

-----Consciente dos prejuízos que a podem afectar, a população reuniu em plenário de moradores no passado dia 13.03.2010, na presença dos Senhores, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. João e, conforme consta da acta que se junta, foi deliberado o seguinte:-----

-----1. Rejeitar unanimemente o traçado (a vermelho) alternativo proposto pela concessionária (AELO), atendendo ao aumento da distancia entre as duas localidades (Fonte dos Marcos e Fonte Oleiro), desviando-se do centro da aldeia, agravando ainda mais os malefícios que a barreira (IC9) vai provocar.

-----2. Não aceitando a proposta da concessionária, a população unanimemente gostaria, que o traçado da estrada municipal se mantivesse.

-----3. Não sendo possível manter o actual traçado, a população por larga maioria aceita o desvio da estrada municipal para um dos dois traçados (a rosa) que seguem em anexo. Estas alternativas, mantêm a centralidade da aldeia, diminuem a distancia entre as duas localidades e mantêm um fácil acesso a veículos pesados, uma vez que é este o único acesso possível a veículos pesados que a aldeia tem.

-----Como forma de solidariedade para com a população de Fonte dos Marcos e considerando a forma dialogante como se têm manifestado, junto das entidades competentes, o seu protesto e a compreensão demonstrada na busca de uma solução que minimize os danos causados pelo traçado do IC9, vimos propor à Assembleia Municipal uma moção de Apoio à população, apoiando incondicionalmente as decisões por si tomadas no plenário de 13 de Março de 2010.

-----Porto de Mós, 30 de Abril de 2010.

-----Os eleitos do PSD à Assembleia Municipal.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que tem que cumprir o Regimento, pelo que não poderá dar a palavra a nenhum dos elementos da população que se encontram na sala, apenas podendo estes usar da palavra no fim da sessão.

-----Começou por agradecer à população da Fonte dos Marcos que veio aqui a esta Assembleia. Fez depois menção à reunião que irá ter lugar na próxima segunda feira com as Estradas de Portugal e em que iria estar presente. Acrescentou depois que esta proposta foi apresentada em nome da bancada do PSD, tendo sido de imediato subscrita por todos os representantes partidários e independentes nesta Assembleia, agradecendo em nome da população.

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse que na sua opinião e do Partido Socialista, esta moção deve ser transversal a toda a Assembleia, elogiando o esforço de António Pires que desde a primeira hora tem feito um trabalho impecável em relação à IC9 sendo o mesmo complementado pelo trabalho do senhor Presidente da Câmara e também do senhor Presidente da Assembleia Municipal, particularmente empenhado nesta questão, para que a população afectada tenha a consciência que esta Assembleia nunca deixará cair em saco roto as suas aspirações e perspectivas em relação ao próprio traçado do IC9.

-----Lamentou ainda o facto de a Direcção das Estradas de Portugal ainda não ter respondido a quatro ou cinco perguntas que foram feitas em relação a esta situação. Reforçou depois a ideia de que esta Assembleia Municipal, fará tudo ao seu alcance, em termos políticos, para que não saiam defraudadas as expectativas da população.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que esta situação tem vindo a ser acompanhada de muito perto pelo executivo municipal. Referiu as reuniões já havidas com as equipas projectistas e com os técnicos das Estradas de Portugal, passando a fazer um breve resumo sobre a evolução da situação.-----

-----Disse ainda que o interesse publico de uma estrada colide sempre com alguns interesses privados, sendo objectivo da Câmara procurar uma solução que procure minimizar os impactos negativos sobre a população e sobre a maioria das pessoas atingidas, salvaguardando sempre no entanto, as condicionantes de ordem técnica que se impõem.-----

-----Disse ainda que havia uma questão que não poderia deixar de referir e que é a forma dialogante e ordeira como os munícipes residentes na Fonte do Oleiro/Fonte dos Marcos, têm vindo a acompanhar esta questão.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Apresentou uma saudação à população da Fonte dos Marcos, por reclamarem aquilo a que têm direito, dizendo que da sua parte estará sempre ao lado dessas populações.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que do publico presente se houvesse quem se quisesse pronunciar sobre este assunto, teria que esperar até ao fim da sessão, dado que o Regimento assim o impunha.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu ainda a palavra para dizer que o executivo, por unanimidade subscreve também a presente moção.-----

-----Posto isto colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – ***Votação de moção de apoio e solidariedade para com a população da Fonte dos Marcos, nos termos das deliberações por si tomadas no plenário de moradores em 13.03.2010, em consequência dos prejuízos causados pelo traçado do IC9, nas populações da Fonte dos Marcos e Carrasqueira – tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.***-----

-----**3. Apreciação de todos os bens, direitos patrimoniais e respectiva avaliação bem como apreciação e votação de todos os documentos de prestação de conta relativamente ao ano de 2009;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra, disse que iria dar a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo ser ele a pessoa mais capaz para apresentar o documento e prestar os esclarecimentos devidos, dado ter sido ele a autor daquele.-----

----- O senhor Vice-Presidente, usando da palavra disse que este é um dos períodos mais nobres e que é o de prestar contas aqueles que os elegeram e que têm o poder de julgar o desempenho na gestão deste exercício económico de 2009.-----

-----Referiu ainda que tendo sido o documento enviado atempadamente, se escusaria de grandes considerações, passando a dizer que a receita da venda de bens e serviços correntes, registou uma quebra de cerca de setenta e dois mil euros, num só exercício, salientando a importância deste facto para se tomar consciência daquilo que foi o comportamento da economia do concelho num só ano. Disse que é fundamental a compreensão desta realidade para se aferir das dificuldades financeiras que estão a assolar não só as populações mas também, neste caso a Câmara Municipal.-----

-----Referiu depois que as taxas de execução orçamental, se mantiveram ao nível dos anos anteriores.-----

-----Fez ainda menção ao facto de a *performance* da receita poder ter sido melhor, se alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos apoios do Estado, se tivessem concretizado nos prazos previstos. -----

-----Referiu ainda que a despesa corrente subiu nomeadamente por duas razões principais: primeiro pelos transportes e apoios às escolas que são todos eles contabilizados como despesa corrente tendo havido ainda em 1 de Março, a transferência, para a gestão do município, do pessoal não docente afecto às escolas do concelho, o que representou um acréscimo nas despesas com pessoal. -----

-----Fez depois ainda algumas considerações de ordem técnica relativamente ao POCAL. -----

-----Quanto às despesas de capital, disse que estas subiram 14,7% face ao ano anterior. Referiu-se ainda aos apoios sociais dizendo que, tais como as despesas de investimento, não podem manter-se ao nível a que têm sido concedidos porque a o município não tem condições financeiras para isso, correndo-se o risco de acontecer o mesmo que ao nível do Governo Central.-----

-----Quanto à dívida de médio e longo prazo, disse que voltou a subir porque não se pode ter o melhor de dois mundos, ou seja, fazer as infra-estruturas de que Porto de Mós carece sem aumentar ao mesmo tempo, um pouco a dívida. Salientou ainda no que se refere à dívida de curto prazo, que o seu aumento se deve às obras que, candidatas ao QREN, têm visto o seu recebimento sucessivamente atrasado. Disse ainda que a capacidade de endividamento do município continua elevada, existindo uma margem substancial dessa capacidade, mantendo-se em 31.12.2009 em 40,1%, não obstante os empréstimos contraídos. -----

-----Quanto à situação económico-financeira, disse que o activo líquido, voltou a aumentar face ao ano anterior, em 11%.-----

-----Terminou dizendo que as contas reflectem de forma apropriada e verdadeira, os resultados do exercício e a situação patrimonial do município em 31.12.2009. Disse ainda que obedecem aos princípios da transparência, da consistência e da comparabilidade, e que por tudo isto devem merecer uma apreciação positiva por parte dos senhores deputados.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** -----

-----Usando da palavra, referiu-se ao aumento da despesa corrente relacionado com o pessoal não docente que foi deslocalizado para o município perguntando se essa deslocalização do pessoal do Ministério da Educação para a Câmara não foi acompanhada da respectiva receita para compensar essas despesas, atendendo ao aumento significativo que se verificou relativamente ao ano anterior. -----

-----Relativamente à capacidade de endividamento da Câmara, referiu que a mesma continua a ter uma margem significativa, pese embora o aumento de 42% que sofreu desde o último mandato até agora (as dívidas de curto prazo e as de médio e longo prazo somadas, cifram-se num aumento de 42%). Referiu-se depois à preocupação do executivo em 2005 com as dívidas de curto prazo, perguntando se essa preocupação continua, face ao aumento que as mesmas sofreram. -----

-----Questionou depois as opções e as prioridades do executivo, dizendo que o concelho ainda carece de infra estruturas e que se devem aproveitar as receitas do QREN, mas que se devem canalizar para as áreas em que o concelho tenha mais necessidades, dizendo que lhe parece que o executivo está a canalizar mais para equipamentos do que para infra-estruturas.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):** -----

-----Disse que do que foi apresentado, verificou com agrado, que houve algum excedente entre as receitas correntes e as despesas correntes que puderam ser canalizadas para financiamento de parte de investimentos de capital. Louvou os esforços do executivo em arranjar receitas próprias, nomeadamente no que toca ao Parque Industrial arranjanado receitas de uma forma sistemática

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que vão ajudar a financiar as necessidades em termos de concelho, devendo ser essa a ideia fundamental.

-----Passou depois a tecer algumas considerações de ordem técnica, concluindo que, olhando à situação financeira que é dada em 31.12.2009, se verifica que existe um passivo em termos de Câmara, que não chega aos 20% do total do activo pelo que existe ainda uma folga bastante confortável, o que dá grande estabilidade em termos de futuro. Por tudo isso, terminou dizendo que votaria a favor do presente documento.

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Referiu que em termos de receita, há uma percentagem de 86,34% e nas receitas de capital apenas uma percentagem de 35,94%, sendo que se trata de uma grande disparidade (a páginas 14 do documento apresentado) o mesmo se passando com a despesa.

-----Fez depois menção aos aumentos verificados nas despesas correntes comparando os anos de 2008 e 2009, passando a enumerá-los, nomeadamente quanto à SUMA, VALORLIS, EDP, Rodoviária do Tejo, Águas do Lena e CTT, perguntando se a Câmara pelos seus próprios meios não poderia ter executado algumas destas tarefas, reduzindo desta forma os custos.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que relativamente a este documento e no que toca à sua elaboração e parte técnica, não tem nada a considerar. Referiu-se depois à dívida de curto prazo que este executivo herdou no anterior mandato e que acabou por ser paga com recursos próprios da Câmara fazendo a comparação com o que se está a passar com a dívida de curto prazo de 2009 que irá ser paga da mesma forma, recorrendo a parte do empréstimo que foi feito para esse fim.

-----Referindo-se às despesas com acção social disse que estas representam, entre as receitas e as despesas, cerca de 3%.

-----Disse depois que a Câmara nos últimos quatro anos, arrecadou cerca de sessenta milhões de euros, sendo que quarenta milhões foram gastos em despesas correntes e os outros vinte milhões em despesas de capital, dizendo que para si o cerne da questão está aqui: onde e como foram colocados estes vinte milhões de euros, questionando a planificação que é feita em termos de investimentos a levar a cabo e exemplificando com o saneamento para o concelho e com a zona desportiva localizada na Várzea.

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**-----

-----Disse querer realçar o bom trabalho efectuado pela equipa técnica que levou a cabo este trabalho. Na área social, disse que quanto ao aumento significativo da verba dispendida pelo município, é um aumento reflectido, associado à conjuntura económica-financeira que estamos a viver, com a consequência como consequência das necessidades diárias da população do concelho. Apelou ainda ao executivo, ao bom senso e à sensibilidade para resolução dessas questões. Manifestou ainda a sua satisfação por saber que o executivo tem permanentemente uma porta aberta no sentido de as solucionar. Manifestou ainda o seu apreço, face ao esforço em reter algumas despesas definindo assim as suas prioridades, o que constatou ao analisar o documento, estando assim ciente do labor do executivo que sempre pugna pelo bem estar da população deste concelho.

-----O senhor Presidente da Câmara disse que iria dar a palavra ao senhor Vice-Presidente para responder aos anteriores intervenientes, fazendo apenas um pequeno apontamento quanto à excelente elaboração deste documento que se deve unicamente ao senhor Vice-Presidente, querendo fazer um reconhecimento publico pelo excelente trabalho que tem vindo a realizar. Quanto a António Pires disse que este estava a laborar em erro porque não é possível transferir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verbas do QREN para outras coisas que não aquilo para que nos candidatámos.-----

-----Referiu depois o facto de a Câmara não ter empresas municipais, onde é possível por vezes diluir muitos custos salientando a bom situação em que esta se encontra do ponto de vista económico relativamente às outras Câmaras do distrito, situando-se em 10º lugar. -----

-----A **António Ferraria** disse que ainda bem que este reconhece os aumentos, dizendo que quanto à Suma, isso significa mais contentores mais lixo, o que representa melhor serviço prestado e crescimento do concelho, quanto à EDP, isso significa mais luz, mais lâmpadas, melhor iluminação pública do concelho e assim sucessivamente.-----

-----A **Carlos Venda**, disse que o Plano de Pormenor da Várzea prevê para ali as piscinas os campos de ténis e uma zona desportiva, pelo que tudo o que lá está, está de acordo com aquele Plano. Quanto Zona Industrial, disse que anterior executivo, em quatro anos fez a segunda fase estando-se agora a preparar a terceira. -----

-----O senhor Vice Presidente referiu que **António Pires** disse que haveria um endividamento de cerca de 40% face a 2005, dizendo que não sabe onde este foi buscar esses números, porque em 2005 o endividamento era de sete milhões duzentos e noventa e quatro e hoje o endividamento total é de oito milhões cento e noventa e sete. Quanto à definição de prioridades e estratégia aqui referida por estes dois intervenientes, disse que foi aprovado nesta Assembleia um Plano de Actividades Plurianual, para quatro anos, sendo que é com esse Plano que se está a trabalhar, estando lá esses investimentos previstos, pelo que este executivo não está a fazer mais do que executar um mandato desta Assembleia.-----

-----A **António Ferraria** disse que os valores que este referiu se referem às taxas de execução do orçamento.-----

-----**Carlos Venda** usando novamente da palavra disse que por si estaria disposto a aumentar o rácio para o apoio social, porque isso vai ter que ser feito.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **Apreciação de todos os bens, direitos patrimoniais e respectiva avaliação bem como apreciação e votação de todos os documentos de prestação de conta relativamente ao ano de 2009** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com treze abstenções** da bancada do PSD.-----

----- **4. Estatuto da Oposição - Lei 24/98 de 26 de Maio - Relatório de Avaliação do Grau de Observância (artigo 10º da Lei nº 24/98 de 26 de Maio):**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que foi presente uma informação da Câmara Municipal de Porto de Mós, dando conta da exigência do artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, que prevê que se dê conhecimento da actividade municipal e conhecimento prévio da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento aos partidos da oposição, antes da respectiva aprovação nos órgãos próprios.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse gostaria de fazer suas as palavras do senhor Vice-Presidente, no sentido de que iria continuar a expressar a sua opinião ainda que incomode. Disse ainda que está genuinamente convencida de que a Vereadora da Educação está a trabalhar na Comissão de Acompanhamento, mas de facto não estava claro quem é que fazia parte da mesma.-----

-----Quanto ao documento que está aqui neste ponto da ordem de trabalhos disse haver aqui um lapso, pois este refere que o senhor Presidente da Câmara reuniu com a deputada do CDS/PP, não se fazendo referência aos dois deputados da oposição aqui presentes, da CDU e o Independente de S. Bento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu a ultima interveniente dizendo que na ultima acta estava bem explicito que a Comissão iria ser composta por um representante de cada um dos grupos municipais e também pela senhora vereadora da Educação, apesar de não haver indicação dos nomes uma vez que decidiu deixá-los ao critério de cada um dos lideres de bancada dos respectivos partidos com assento nesta Assembleia.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra perguntou quem representou o CDS/PP na audição que a Câmara efectuou neste contexto. Perguntou ainda qual o motivo pelo qual a CDU e o deputado Independente não foram ouvidos.-----

-----O **senhor Presidente da Câmara** passou a esclarecer que efectivamente se trata de um lapso, tendo sido impresso o documento que veio aqui no ano passado. Confirmou no entanto que todos os senhores deputados eleitos que não têm representação no executivo foram ouvidos e tiveram à sua disposição todos os documentos, tendo sido observadas todas as regras que estão aqui previstas nesta legislação.-----

-----**5. Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 – Artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a justificar a alteração do mapa de pessoal aprovado aqui em Assembleia Municipal em 18 de Dezembro de 2009, em virtude da necessidade da sua adaptação à Lei 64-A/2008 de 31 de Dezembro, esclarecendo que não se trata de uma aumento de pessoal mas apenas de regularizar a situação de quem já trabalha na autarquia. Reforçando que esta proposta de alteração não implica um aumento de despesa dado que apenas se prevê a alteração da relação contratual.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usou da palavra questionando o senhor Presidente da Câmara sobre se em Dezembro, quando foi aqui aprovado o mapa de pessoal ,não se sabia já desta disposição legal que obriga a esta alteração.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que estas situações são dinâmicas, sendo necessário avaliar os funcionários e verificar se pelo seu mérito e zelo nas funções que desempenham, deverão ser reconduzidos.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi este ponto da Ordem de Trabalhos, colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Apoio ao Consumidor – Delegação de Competências do Município de Porto de Mós na CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar este ponto da ordem de trabalhos, dizendo que por força da lei as autarquias tem que dispor de um gabinete de defesa do consumidor, tendo entendido os cinco municípios da CIMPL, que não fazia sentido cada um de *per si* ter um jurista para tratar deste assunto, tendo assim sido entendimento de todos delegar esta competência na Comunidade Intermunicipal, que contratará um técnico que dará esse apoio a todos os municípios da mesma. Por se tratar de uma competência da Câmara, tem de ser a Assembleia Municipal a autorizar essa delegação de competências.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, passou-se de imediato à votação deste ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Relatório de Actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativa ao ano de 2009:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Vereador Rui Neves, passou a dizer que o presente relatório decorre do artigo 18 n.º 2, alínea h) da Lei da Protecção de Crianças e Jovens, sendo uma informação que é obrigatória prestar à Assembleia e que não carece de votação. Disse ainda que se refere à actividade da Comissão em 2009 referindo que o quadro mais importante para si, é aquele que resume a actividade, fazendo ainda referência a todas as pessoas que geriam os casos que a Comissão tinha o seu cargo e fazendo menção também ao total de crianças e jovens acompanhados até Dezembro de 2009.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra perguntou se existem crianças efectivamente em risco no nosso concelho e se há situações de crianças que tenham mesmo que ser institucionalizadas.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Usou da palavra solicitando esclarecimentos sobre quais os problemas que afectam estas crianças que são acompanhadas pela CPCJ.-----

-----O senhor Vereador Rui Neves passou a responder, dizendo que nos casos típicos destas crianças, quando são sinalizadas, há um facto que é comum a quase todas elas: um dos pais desempregado e/ou usufruem do RSI, inserindo-se num quadro social típico. Quanto à tipologia dos casos, quase todos são o resultado de violência doméstica. No que se refere à institucionalização de crianças, referiu que já se verificaram algumas neste concelho.-----

-----**António Pires** usando também da palavra perguntou pelo caso de duas crianças que foram institucionalizadas querendo saber sobre o seu estado e condição.-----

-----**Maria Lúcia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que por aquilo que conhece do funcionamento da CPCJ nestes últimos anos, disse que quer dar os parabéns ao funcionamento da mesma. Quanto às crianças que vão para instituição, a resposta de internamento em instituição não é definitiva mas temporária, havendo dois tipos de instituições: os CAT (Centros de Atendimento Temporários) onde as crianças não devem estar em média mais de seis meses e a resposta Lares de Crianças e Jovens, em que poderão ficar por um período mais longo mas as equipas estão permanentemente a trabalhar o projecto de vida da criança e do jovem, no sentido de a retirar daquele estabelecimento para um regresso à família natural, havendo também uma equipa que faz o acompanhamento da família natural, ou então para um acolhimento familiar ou uma adopção. No que se refere à adopção disse que consta que existem muitas crianças para adoptar, e de facto há, só que a nossa sociedade quer a criança perfeita, o bebe louro de olhos azuis, e muitas das nossas crianças não são louras e têm deficiências, tem atrasos de desenvolvimento, têm mais de cinco anos, são irmãos que não se querem separar. Disse ainda que o mito à volta das muitas crianças para adoptar não passa disso mesmo porque os casais não privilegiam essas crianças.-----

-----Usando da palavra, a senhora **Vereadora Rita Cerejo**, disse que este é um assunto que partilha com o senhor Vereador Rui Neves, dado que passou de mera observadora da Comissão que era inicialmente, a membro efectivo da mesma. Referiu ainda que a Comissão faz o acompanhamento das crianças que estão institucionalizadas.-----

-----Fez ainda menção ao aumento de casos de violência doméstica, acabando as crianças por ser vítimas da mesma, sendo essas situações normalmente sinalizadas pela GNR, e tendo a Comissão que intervir.-----

-----**8. Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós, nos termos da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que chegou à Mesa da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal uma proposta conjunta do PS, do PSD e CDU, dizendo que o deputado independente também a subscreverá, propondo quatro cidadãos, a saber, Antonieta Mariano, Nuno Rebocho, Catia João Morgado Costa e Luis Carlos Vieira Monteiro, para integrar a Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós.

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD)**, pediu a palavra para perguntar qual é a formação académica de Antonieta Mariano e de Nuno Rebocho e qual a sua ligação a crianças.

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que para fazer este trabalho não é preciso ter formação académica mas bom senso e disponibilidade. Não é o facto de ser doutor que dá mais competência. Olga Silvestre Esclareceu que não se estava a referir propriamente às competências académicas mas sim à experiência que essas pessoas teriam com crianças. O senhor Presidente da Assembleia continuou, dizendo que se as forças políticas aqui representadas escolheram estes nomes, foi porque lhes reconheceram valor nesse sentido.

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**, disse que não era para falar mas que a deputada Olga Silvestre assim o obrigou, referindo que não são necessárias credenciais académicas para este tipo de Comissão, sendo uma entidade que é eleita por um órgão político que é a Assembleia Municipal, acrescentando que as equipas no trabalho no terreno é que têm que ser especializadas.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, disse que este é um assunto demasiado importante para se estar aqui com este tipo de discussão. Disse depois que o que Olga Silvestre pretendeu, foi saber qual a ligação das pessoas que referiu à questão das crianças em si.

-----Esclareceu depois que esta lista apareceu em conjunto por iniciativa de António José Teixeira, tendo o PS sugerido dois nomes e o PSD outros dois e tendo o deputado da CDU concordado. Disse ainda que no início da sessão tentou falar com o deputado independente, acabando por não ter oportunidade de o fazer, pensando que também ele se revê nesta lista.

-----A senhora **Vereadora Rita Cerejo**, disse que não se vai prender com a questão das habilitações académicas, querendo apenas realçar, que foi contactada há algum tempo pelo senhor Nuno Rebocho, da empresa Casema, que lhe perguntou de que forma é que a sua empresa poderia ajudar de forma continuada, elaborando um projecto de onde se pudessem vir a colher frutos. Assim quando surgiu esta oportunidade considerou-se adequada esta designação.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia, pôs à consideração do plenário a forma de votação, tendo sido consensual que se votaria a proposta globalmente de forma nominal. Assim foi posta a votação o proposta apresentada tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção da bancada do PSD.

-----**9. Regulamento Interno de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Porto de Mós:**

-----O senhor Presidente da Câmara cedeu a palavra à senhora Vereadora Rita Cerejo, que explicou a razão de este Regulamento ter voltado a esta Assembleia Municipal, dizendo que se trata apenas de uma questão formal, destinada a ultimar o processo, de forma a permitir a sua publicação em Diário da Republica.

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o **Regulamento Interno de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Porto de Mós** submetido a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**10. Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós e 11. Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos no Município de Porto de Mós :**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra passou a explicar este ponto da ordem de trabalhos, referindo a legislação que fez com que este Regulamento tivesse que ser revisto, de forma a que o mesmo reflectisse os custos dos serviços prestados pelas autarquias.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que não tem dúvidas que este documento terá sido efectivamente o resultado de um estudo exaustivo, mas que o que o deixa triste é que tal venha a acontecer exactamente no momento actual, em que boa parte das famílias e empresas já estão tão fragilizadas economicamente, constatando que existem aqui casos de aumentos da ordem dos vinte e trinta por cento. Continuou dizendo que o País vive a pior crise de sempre e que a grande maioria das pessoas não é aumentada há cinco anos e que o seu poder de compra é menor do que aquele que tinham há dez anos, perguntando se não se está a pedir demais às pessoas que os elegeram, dizendo que isto não tem nada a ver com política mas com custos que se está a pedir às pessoas que paguem sem que elas tenham capacidade para isso. Terminou dizendo que sente muita relutância em aprovar uma coisa que aumente os custos das pessoas que vivem neste concelho.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse concordar com muito do que foi dito pelo anterior interveniente, dado que a entrada em vigor deste documento, com os aumentos que estão aqui previstos, é penalizar uma população que de si já está fragilizada. Continuou dizendo que quem vai se penalizado é aquela classe média que ainda pode ir pagando em detrimento daqueles que não podem ou não querem pagar, e que sairão beneficiados. Disse ainda que no **Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós**, há taxas que têm que se repensadas, passando a enumerar várias situações.-----

-----Referiu ainda que existem neste documento aumentos que estão desajustados da realidade, apelando a que durante um ano se faça um estudo aturado do impacto que o mesmo terá nas famílias e empresas e que findo esse prazo se traga então aqui o documento para aprovação.-----

-----Quanto aos custos da água, há propostas de aumento do custo da água elevando bastante o preço da água e apesar das emendas que tiveram lugar após a discussão pública ainda há custos que vão pesar muito nos orçamentos das famílias e numa altura muito complicada em termos de emprego e rendimento destas. Acrescentou ainda que, acha que ficaram coisas por fazer, nomeadamente no que se refere às extensões de rede, situações que considera que deviam ser taxadas com valores muito próximos dos custos reais.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra disse que esta é uma altura muito crítica para a maioria das populações, dizendo fazer suas as palavras dos anteriores intervenientes.-----

-----**Carlos Alberto Vieira da Rosa (PSD):**-----

-----Disse que os anteriores intervenientes já disseram quase tudo o que pretendia dizer, lamentando que tenha que ser nesta altura de profunda crise que se tenham que verificar estes aumentos, e que sejam aumentos desta grandeza.-----

-----Aventou ainda a hipótese de se retirar, para uma próxima oportunidade, esta proposta, devendo a mesma ser repensada no sentido de não penalizar tanto os munícipes e não tomar os concelhos vizinhos mais atractivos, dizendo que segundo o que o Portomosense publicou relativamente aos custos da água em alguns concelhos vizinhos, o nosso era dos mais elevados.-----

-----Disse ainda que fazia suas as palavras do anterior interveniente, de que se devia obrigar toda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a gente a pôr água em casa, porque muita gente não usa água da rede mas usam os contentores do lixo que todos acabamos por pagar, assim como estabelecer a obrigatoriedade de ligação do esgoto, onde já se pudesse fazer.

António Pereira Carvalho (PS):

Referiu que grande parte do que queria dizer já foi dito, e que acerca do método de fixar o valor da taxa tendo apenas por base o preço de custo é uma coisa completamente errada, porque isso tem a ver com outros factores e porque toda a coisa quando custa mais do que o benefício que trás não terá qualquer hipótese de vingar. Terminou dizendo que há que ter muito cuidado relativamente a grandes aumentos dado o momento de crise generalizada.

Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD):

Disse que as suas palavras vão no sentido do que já aqui foi dito, considerando este aumento anacrónico para os tempos que correm. Se bem que na proposta que inicialmente foi publicada os aumentos eram muito superiores, ainda assim são aumentos, que nesta altura são muito penalizadores não tendo grande parte das pessoas capacidade para pagar as suas dividas, sendo que o aumento da despesa na acção social é resultado disso mesmo. Disse ainda que deve haver uma diferenciação de algumas taxas de forma a criar alguma dinamização da economia, não devendo haver aumento neste momento porque as pessoas não aguentam.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Fez alguns comentários, referindo que o aumento das taxas aqui para aprovação poderá dar origem a um aumento das dividas de terceiros perante a Câmara Municipal.

Fez referencia a duas afirmações feitas pelo senhor Presidente da Câmara, dizendo que ficou satisfeito por saber que este, tal como ele próprio era contra a privatização da água. Comentou ainda o facto de não se ter pressionado a empresa responsável pelo estudo das taxas para se trazer este Regulamento aqui em Setembro, atribuindo isso ao facto de se estar num período pré-eleitoral.

Disse depois que quando teve conhecimento das taxas iniciais a sua primeira ideia foi votar contra, mas agora, e tendo em conta o trabalho que já aqui foi desenvolvido e que disse ter de enaltecer, nomeadamente nas pessoas de Rui Marto e dos vereadores da oposição que colaboraram com ele, abster-se-ia.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Usou da palavra para sugerir a criação de um tarifário social, no Regulamento dos Estratos Sociais Desfavorecidos quando o mesmo for alterado. Disse ainda que se iria abster apenas dado o empenho da população que se movimentou no sentido da alteração das taxas que inicialmente foram propostas, por se assim não tivesse acontecido votaria contra.

Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):

Referiu o caso dos ramais que não estão ligados, dizendo que mesmo não tendo sido ligados, deveria ser debitada a esses munícipes a taxa do lixo, perguntando ainda ao senhor Presidente da Câmara se sabe quantas casas existem que não tenham o ramal de água ligado.

Disse ainda que leu algures numa reclamação que se estimam em cerca de 70% as perdas de água na rede o que considera muito, perguntando depois ao senhor Presidente da Câmara se há algum plano para inverter esta situação e se a resolver-se este problema, se as taxas poderiam sofrer algum alívio. Fez ainda referencia à privatização das águas, dizendo que, a verificar-se, não venha ocultar aquilo que se deveria ter feito a nível do saneamento básico

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que lhe parece existir aqui alguma confusão passando a fazer alguns esclarecimentos relacionados com o consumo de água no concelho, dizendo que os aumentos finais na água se traduzem em aumentos baixos.-----

-----A **Rui Marto** disse que as obras de escassa relevância continuam sem pagar nada. -----

-----A **Carlos Venda** disse que a sua questão é pertinente, mas que não é exequível, dada a dificuldade em cobrar esses valores.-----

-----Quanto à questão das perdas de água disse que neste momento já não são dessa ordem de grandeza (60%).-----

-----No que se refere ao hipotético adiamento da entrada em vigor deste documento, disse que isso estava fora de questão uma vez que o prazo para a sua entrada em vigor deriva da lei e termina exactamente no final deste mês, pelo que é necessária a sua aprovação sob pena de a Câmara Municipal ficar impossibilitada de cobrar taxas pelos serviços prestados.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a prestar mais alguns esclarecimentos adicionais acerca da elaboração deste documento e fazendo menção às reclamações havidas disse que seriam umas quatro, terminando por dizer que na parte final da discussão deste documento houve a colaboração dos vereadores da oposição, o que registou com agrado.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD)**, pediu a palavra dizendo que não tem dúvidas que foi feito um esforço muito grande e a melhor das intenções quando este documento foi elaborado, no entanto, +disse, a sua sensibilidade indica-lhe que estamos num ponto semelhante ao ponto de partida, dizendo achar que isto irá ter um impacto bastante grande na população e tendo todos os presentes sido eleitos para defender essa população está-se a agravar as dificuldades que as mesmas já sentem. Acrescentou que seria de apelar ao bom senso no sentido de adiar a entrada em vigor deste documento até porque o senhor Presidente disse que isto foi prorrogado por um ano.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** -----

-----Usando também da palavra fez menção às palavras do senhor Presidente da Câmara que disse que se isto não fosse hoje aprovado a Câmara ficava sem serviços amanhã, perguntando-lhe se confirma isso. Quanto às palavras do senhor Vice Presidente disse querer fazer uma precisão que é a de que as reclamações chegadas à Câmara são sete ou oito e uma delas tem duzentas assinaturas. -----

-----**Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD)**, pediu a palavra para alertar para o facto de haver erros matemáticos nas taxas, passando a enumerá-los. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)** pediu que lhe fosse respondido a questão do aluguer dos contadores.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Virgílio Casimiro (PSD)**, esclarecendo que este documento deveria ter entrada em vigor em Janeiro de 2009 tendo esse prazo sido prorrogado por mais um ano. Em Janeiro de 2010, o Secretário de Estado, concedeu nova prorrogação por mais quatro meses, pelo que o documento deverá entrar em vigor em 1 de Maio de 2010.-----

-----A **António Pires (PSD)** disse que a sua questão é pertinente mas que o documento final já havia sido corrigido.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 10 da Ordem de Trabalhos - **Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo sido **aprovado por maioria com dez abstenções**. Seguidamente, foi posto a votação o ponto 11 da Ordem de Trabalhos – **Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos no Município de Porto de Mós** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dez abstenções**. -----

----- **12. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, ainda referindo-se aos dois regulamentos que foram aprovados acima, disse que o executivo se encontra disponível para monitorizar esta situação do agravamento das taxas, podendo, em função do impacto que elas tiverem na população vir a proceder a alguma alteração aos mesmos.-----

-----Relativamente ao ponto que está agora em discussão, disse que esta alteração ao presente regulamento, RMROU, deriva da própria lei constituindo-se numa adaptação à mesma. Adiantou ainda que daqui a três meses haverá nova adaptação, porque entretanto surgiu uma nova alteração à lei a isso obrigando.-----

-----Passou depois a fazer um breve resumo das alterações propostas.-----

----- **António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Pedi ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a construção fora dos limites urbanos .-----

----- **Helder Costa (Secretário da Junta de Freguesia de Alcaria):** Usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente se sabe quantas antenas de telefones é que estão em terrenos camarários no nosso concelho.-----

-----A esta ultima questão o senhor Presidente da Câmara respondeu que são duas: uma na Acemoldes e outra em S. Miguel.-----

-----A **António Pires** disse que a questão que este colocou se prende com o afastamento à extrema mas que não tem a ver com esta questão, mas com o risco de incêndios exigindo-se um afastamento de 50 metros à extrema, para a construção de uma casa em zona de risco de incêndios.-----

-----Quanto à construção fora dos limites urbanos, disse que tinha a ver com o PDM, não tendo a ver com este Regulamento Municipal.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **13. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a fazer referencia a algumas das obras que constam do documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados razão pela qual se escusou de fazer um relato exaustivo do mesmo.-----

-----Deu especial relevância ao facto de as Estradas de Portugal terem já a concurso o alargamento da Ponto de Rio Alcaide de acordo com aquilo que já tem vindo a ser informado.-----

-----Referiu ainda que a 3ª fase da zona industrial está a concurso e que o abastecimento de água a Penedos Belos está praticamente concluído.-----

-----Disse ainda que está curso o processo de revisão do PDM estando-se neste momento a negociar a REN e a RAN, salientando que há aqui uma questão que tem a ver com o PROT – Plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regional de Ordenamento do Território. Disse que o PDM tem de encaixar em termos hierárquicos com o PROT, que por sua vez têm que encaixar com os Planos Nacionais de Ordenamento do Território por razões de hierarquia, tendo eles de se interligar entre si. O PROT vai ser aprovado com os votos contra de todas as Câmaras Municipais da região centro por que não concordam com as restrições que contém, nomeadamente a obrigatoriedade de dois hectares de área mínima para se poder construir, fora das zonas urbanas. Isto implica que em Porto de Mós, fora das zonas urbanas, ninguém mais pode construir.

Disse depois que o Plano de Pormenor de S. Jorge Está a avançar, estando-se a preparar um protocolo, porque a Câmara da Batalha também vai entrar pois existe um pequeno espaço que cai naquele concelho.

Continuou dando conta das diversas actividades levadas a cabo pela Câmara Municipal de Porto de Mós, referindo-se nomeadamente ao Banco Local de Voluntariado e actividades desenvolvidas no âmbito da acção social e cultura.

O Senhor Presidente da Assembleia, deu ainda conhecimento a esta Assembleia Municipal, conforme pedido que lhe dirigiu o senhor Presidente da Câmara, da declaração de correcção de erros materiais do Plano de Pormenor da Várzea de Porto de Mós, em conformidade com o que dispõe o nº 3 do artigo 97-A do Decreto Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, tendo o senhor Presidente da Câmara prestado os esclarecimentos necessários.

Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):

Usou para palavra para perguntar para quando o avanço da água a Alqueidão da Serra. Referiu-se ainda à Zona Industrial de Mendiga, constante do documento distribuído perguntando se já há contactos com o Parque e se é para avançar mesmo. No que se refere ao PDM, disse que cada dia aparece um dado novo para adiar a revisão do PDM. Fez depois menção às palavras de Lidia Semião, no que se refere à adopção e de que os casais apenas querem adoptar a criança perfeita, dizendo que adoptou uma criança com atraso global de desenvolvimento, tendo estado à espera cinco anos.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Disse querer fazer apenas duas perguntas muito rápidas sendo uma dirigida à senhora vereadora da Acção Social e que tem a ver com o destino a dar aos donativos que são entregues no Espaço Social.

Perguntou depois qual a situação das pessoas que foram multadas em virtude de se terem despejado detritos na Valicova, em terrenos de sua propriedade, sabendo toda a gente que a culpa da existência desta lixeira é da autarquia ao longo de muitos anos, sendo os proprietários agora confrontados com multas e incómodos de várias espécies.

Rui Marto voltou a usar da palavra esclarecendo as suas afirmações relativamente à adopção de crianças, dizendo que existe um mito de que há muitas crianças para adoptar mas que ninguém as quer e neste momento o que se houver dizer sistematicamente pelas entidades publicas, é que as pessoas procuram crianças lourinhas de olhos azuis e de preferência espertinhas, dizendo que por experiência própria esteve cinco anos e meio à espera para receber uma criança lourinha, de olhos claros, mas deficiente. Pelo que é bom que não se criem mitos que não correspondem à verdade, porque as pessoas não querem apenas a criança perfeita como aqui foi sugerido e a burocracia é de facto bastante grande.

António José de Meneses Teixeira (PS):

Referindo-se ao Plano de Pormenor de S. Jorge, disse que se estavam a praticar exageros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em relação à questão da arqueologia pedindo que o senhor Presidente da Câmara tenha isso em consideração.

Luís Carlos Monteiro (PSD):

Referiu o alcatroamento que a Câmara fez da estrada do Tojal de Cima para S. Jorge dizendo que se deveria proceder também ao alcatroamento daquela que leva à Ribeira de Baixo, tanto mais que trata da continuidade da mesma. Dado que aí têm ocorrido muitos acidentes, pediu ainda a correcção de alguns pontos dessa estrada.

Helder Paulino Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima – PS):

Disse ser sua intenção falar sobre o Plano de Pormenor de S. Jorge, mas que António José Teixeira já o fez. Deu também os parabéns à Câmara pelo excelente trabalho que foi feito na Rua da Fonte dos Vais até ao Tojal de Baixo e a Rua do Carqueijal até ao Bom Sucesso.

Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):

Perguntou para quando a recuperação do Cine Teatro de Porto de Mós. Fez ainda referência ao facto de o museu estar encerrado e perguntou também, para quando a recuperação do muro da SILmar.

Disse ainda que um processo de adopção demora muitos anos não sendo infelizmente tão célere quanto deveria ser.

No que se refere a rede social perguntou no que se refere às reuniões coordenadoras para recolha de dados com vista à actualização do diagnóstico social, se existe algum prazo previsível para tratamento desses dados e se já há feedback sobre os mesmos.

Referiu-se depois ao ponto 9 do documento, quando na área do desporto se fala do projecto Afectos, perguntando do que se trata e porque é que esse projecto só visa os idosos da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós e porque é que não se dirige também aos idosos do resto do concelho.

Rita Isabel da Silva Pereira (PS):

Usando da palavra perguntou a razão pela qual o rio Lena foi apenas limpo da Anaia para baixo e não dentro da Vila de Porto de Mós. Perguntou ainda pela situação do Parque da Vila e da Ecopista na linha da Bezerra.

Maria Lídia Vieira Santos Coelho Semião (PS):

No que respeita ao tempo que leva a adopção, disse que, acontece que os casais que se inscreveram em 2004 para as crianças sem deficiência, de tenra idade, sem atrasos de desenvolvimentos, estão agora a ser chamados para lhes serem entregues crianças. Disse ainda que há casais que conseguem adoptar crianças mais cedo por aceitam crianças a partir dos cinco anos com atraso de desenvolvimento ou com outras deficiências.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Rui Marto**, acerca da água no Alqueidão da Serra tendo dito que existe o ciclo urbano da água que tem a ver com o abastecimento de água e tem a ver com as águas residuais, os esgotos. A CCDR-c aconselhou a CIMPL para que as Câmaras Municipais, não candidatassem obras ao Plano Operacional Regional, obras que tivessem a ver com águas e saneamento, porque o dinheiro para o ciclo urbano da água viria do POVT. Disse depois que o saneamento de Mira de Aire foi candidatado ao POVT, tendo o mesmo sido aprovado. No caso do Alqueidão da Serra, disse que aquela obra é comparticipada, faltando definir onde se vai buscar o dinheiro, se ao POVT ou ao plano regional estando-se por isso num compasso de espera.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à zona industrial da Mendiga, disse existir um contacto feito pelo senhor Vice-Presidente quanto a alguns proprietários dos terrenos naquela zona, dizendo ser intenção do Município começar a mexer neste projecto que reputa importante para aquela zona da serra, atendendo ao grande numero de pólos industriais que por ali existem, nomeadamente ligadas à exploração de pedra, e sendo que se uma unidade de transformação ligada ao sector ali se quiser instalar não o pode fazer pois tal só é possível em zonas industriais.-----

-----Relativamente á pergunta de **António Pires** acerca do espaço social, disse que deve existir alguma confusão porque ali não se vende nada.-----

-----No que se refere à Valicova, disse que esta foi uma lixeira durante muitos anos, após o que o Ambiente começou a actuar através do SEPNA que passou a levantar contra-ordenações aos proprietários dos terrenos porque a lei diz que são eles os responsáveis.-----

-----A **António José Meneses Teixeira (PS)**, disse que relativamente ao Plano de Pormenor de S. Jorge, toda a zona abrangida pela zona especial de protecção, carece de acompanhamento arqueológico, salientando alguns exageros que se fazem sentir nesse âmbito. Referiu ainda que para obviar a esses excessos, é intenção da Câmara "zonar" aquele espaço, ou seja criar 5 zonas, em que de forma gradativa se vão diminuindo as restrições agora existentes, dizendo ser uma coisa que está mais ou menos acordada com a Fundação Batalha de Aljubarrota.-----

-----Respondendo a **Luis Monteiro (PSD)**, disse que as condições da estrada que referiu são efectivamente más. Disse depois, que conjuntamente com a respectiva Junta de Freguesia, tem vindo a falar com os proprietários dos terrenos confinantes com a estrada, estando a ser estudada a hipótese de se vir a intervir na mesma.-----

-----A **Hélder Paulino (PS)** disse que o alcatroamento das estradas que referiu era efectivamente uma necessidade.-----

-----Quanto a **Olga Silvestre (PSD)**, disse que de facto o Cine Teatro carece de obras, assim como os Gimnodesportivos de Porto de Mós e de Mira de Aire, edificios municipais em que urge intervir, sendo intenção da Câmara, e logo que o estado do tempo o permitir, fazer uma intervenção na cobertura do Cine Teatro.-----

-----No que se refere ao Museu, disse não ter conhecimento de que o mesmo se encontre encerrado dizendo que irá averiguar a situação.-----

-----Quanto ao muro da Cruz da Légua disse que é uma preocupação do executivo, dizendo ser feita uma intervenção no mesmo durante as férias de verão.-----

-----A **Rita Pereira (PS)**, disse que o facto de o rio apenas ter sido limpo da Anaia para baixo, tem a ver com o facto de aquele projecto ter sido uma candidatura feita com a RH do Centro, e apenas se destinava a limpar onde não fosse urbano. A zona urbana, diz respeito à Autarquia.-----

-----Quanto à Ecopista, disse que está a concurso, não tendo aceiteado o projecto como estava feito e passando a explicar as vicissitudes do processo.-----

-----No que refere ao Parque Verde da Vila, disse que está neste momento num pequeno compasso de espera, passando igualmente a explicar as razões de ordem técnica que levam a isso.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou então a palavra à senhora vereadora **Rita Cerejo**, para falar sobre o diagnostico social que passou a dizer estão a ser recolhidos dados pela técnica da autarquia, Zaida Jacinto estando para isso a reunir com as várias entidades. Esses dados serão tratados nas comissões sociais inter freguesia. Na próxima reunião do CLAS esses dados serão apresentados estabelecendo-se então uma data.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao projectos Afectos, o senhor vereador Rui Neves esclareceu que apenas foram os idosos da Santa Casa da Misericórdia por falta de transportes.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações **1. Votação de moção de apoio e solidariedade para com a população da Fonte dos Marcos, nos termos das deliberações por si tomadas no plenário de moradores em 13.03.2010, em consequência dos prejuízos causados pelo traçado do IC9, nas populações da Fonte dos Marcos e Carrasqueira; 2. Apreciação de todos os bens, direitos patrimoniais e respectiva avaliação bem como apreciação e votação de todos os documentos de prestação de conta relativamente ao ano de 2009; 3. Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 – Artigo 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro; 4. Apoio ao Consumidor – Delegação de Competências do Município de Porto de Mós na CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral; 5. Designação de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada de Crianças e Jovens de Porto de Mós, nos termos da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro; 6. Regulamento Interno de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado de Porto de Mós; 7. Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas do Município de Porto de Mós; 8. Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos no Município de Porto de Mós; 9. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.30 do dia 1 de Maio e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

